



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE TECNOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA**

**ISABELA FERREIRA DOS SANTOS**

**GÊNERO, MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA DE CLASSES:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A JORNADA DA MULHER MÃE ENQUANTO  
MILITANTE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

**SUMÉ - PB  
2023**

**ISABELA FERREIRA DOS SANTOS**

**GÊNERO, MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA DE CLASSES:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A JORNADA DA MULHER MÃE ENQUANTO  
MILITANTE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

**Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Agroecologia.**

**Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.**

**SUMÉ - PB  
2023**



S237g Santos, Isabela Ferreira dos.

Gênero, movimentos sociais e lutas de classe: um estudo de caso sobre a jornada da mulher mãe enquanto militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. / Isabela Ferreira dos Santos. - 2023.

43 f.

Orientador: Professor Dr. José George Ferreira Medeiros.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Superior de Tecnologia em Agroecologia.

1. Gênero. 2. Mulher mãe e movimentos sociais. 3. Movimento Social dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST. 4. Estudo de caso. 5. Maternidade e movimentos sociais. 6. Mulheres e MST. 7. Militância feminina - movimentos sociais. I. Santos, Valdonilson B. II Título.

CDU: 305(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**ISABELA FERREIRA DOS SANTOS**

**GÊNERO, MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA DE CLASSES:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A JORNADA DA MULHER MÃE ENQUANTO  
MILITANTE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

**Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Agroecologia.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.  
Orientador - UACIS/CDSA/UFCG**

---

**Mestra Carla Mailde Fetosa Santa Cruz.  
Examinadora I - CDSA/UFCG**

---

**Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.  
Examinadora II - UATEC/CDSA/UFCG**

**Trabalho Aprovado em: 18 de julho de 2023.**

**SUMÉ - PB**

Dedico ao meu avô Sebastião, (*in memoiam*), pelo exemplo de força de vida, perseverança e fé, por nunca ter medo de sonhar com momentos melhores e felizes. Por tudo aquilo que ele realizou, por sempre ter cuidado de mim e dos meus, minha eterna saudade, profunda admiração e gratidão, pois seria impossível chegar aqui sem ter o meu avô com inspiração. Te amo infinitamente vô, esse diploma também é por você.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às Deusas, por me manterem forte e confiante, me dar forças para suportar e superar todas as dificuldades para passar por essa trajetória e chegar até aqui.

Ao meu filho Benjamin, por todos os dias me fortalecer. Sua existência me motiva a resistir e a dar voz ao meu processo com a maternidade.

À minha família, por desde o início estarem comigo e acreditar em mim.

À minha irmã Marília, que me motiva todos os dias.

Ao pai do meu filho, Manoel Joaquim, que me forneceu meios para que eu pudesse terminar minha monografia e apoio.

Ao Valdonilson Barbosa dos Santos, meu orientador, que apesar das minhas limitações com a maternidade, não desistiu do nosso trabalho. Sou eternamente grata pela paciência e colaboração.

Aos meus professores da academia, por todo conhecimento repassado durante os anos acadêmicos.

Aos meus amigos da academia, que sempre estiveram comigo e me motivaram Dayvid, Eduardo, Jerônimo, Manoela, Maicon, levarei vocês sempre comigo.

Aos meus amigos da vida, Samara Santana, Gildo José, Tatiane Faustino, Ortência Rodrigues, Erica Rodrigues, Jailma Serafim, por todo apoio e incentivo.

Às mães militantes do MST, esse trabalho é sobre NOSSA trajetória com a maternidade.

Ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra pelo acolhimento e pela disponibilidade de material para minha pesquisa.

À UFCG/CDSA, pela oportunidade de fazer um curso superior.

A todo corpo docente da UATEC, pelo apoio e formação.

Aos membros da banca examinadora, que se dispuseram a colaborar neste momento da minha formação acadêmica.

O meu agradecimento especial às mães que se dispuseram a participar dessa pesquisa, relatando suas vastas e ricas experiências e desabafos da maternidade, podendo assim contribuir para o meu crescimento pessoal e acadêmico para o alcance do objetivo desse estudo.

Por fim, a todos que de alguma forma, seja direta ou indireta, contribuíram para a minha formação.

## RESUMO

Considerando o processo de lutas sociais empreendida pelas mulheres do MST, como uma forma de resistência revolucionária, que se mostra um novo perfil para as relações sociais de gênero e luta no movimento camponês, esse trabalho visa abordar o processo de construção da visibilidade da mulher e seu entrelaçamento com a militância. O fio condutor é a trajetória das mães militantes e de como se desdobram com os desafios da vida de militante com a maternidade. Quando se olha para os movimentos sociais, muitas vezes ignora-se o fato de que um dos agentes políticos principais é a mulher, invisibilizando sua participação, de modo que só se reconhece sua presença quando a mesma protagoniza movimentos de caráter feminista. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto maior movimento social da América Latina, tem em suas bases a pauta de luta pela terra através da reforma agrária, dialogando no combate às desigualdades principalmente no setor de Gênero, fazendo com que as mulheres sejam protagonistas das histórias de luta principalmente pela terra. O objetivo desse trabalho é apresentar os relatos das mulheres mães militantes e sua visão desse entrelaçamento da maternidade em paralelo à militância. Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, cujo os sujeitos são mulheres mães protagonistas das suas histórias, optou-se para exame dos dados obtidos e análise de conteúdo. A técnica utilizada para o procedimento foi baseada em entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado em relação a maternidade, militância e luta pela terra. O resultado demonstra pouca “visibilidade” na imagem da mulher mãe militante, mas que a persistência do seu protagonismo de luta pela terra é fundamental.

**Palavras Chaves:** Maternidade, gênero, militância, movimentos sociais.

## ABSTRACT

Considering the process of social struggles undertaken by MST women, as a form of revolutionary resistance, which shows a new profile for social relations of gender and struggle in the peasant movement, this paper aims to address the process of building of women's visibility and its intertwining with militancy. The common thread is the trajectory of the militant mothers and how they deal with the challenges of the militant life with motherhood. When one looks at social movements, one often ignores the fact that one of the main political agents is women, making their participation invisible, so that their presence is only recognized when they are protagonists in movements of a feminist nature. The Landless Workers Movement (Portuguese: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST), as the largest social movement in Latin America, has at its bases the agenda of struggle for land through agrarian reform, dialoguing in the fight against inequalities mainly in the Gender sector, making women protagonists of struggle stories primarily fighting for land. The objective of this paper is to present the reports of women militant mothers and their vision of this interweaving of motherhood in parallel with militancy. Because it is research of qualitative character, whose subjects are mothers, female protagonists of their stories, it was decided to examine the data obtained and analysis of the content. The technique used for the procedure was based on interviews from a semi-structured script in relation to motherhood, militancy and struggle for land. The result demonstrates little "visibility" in the image of the militant mother woman, but that the persistence of her protagonism in the struggle for land is fundamental.

**Keywords:** Motherhood, gender, militancy, social movements.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ANAMPOS** – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

**CIA** – Agencia Central de Inteligência

**CONCLAT** – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**LGBTQIAP+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais.

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra

**UFRN**- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**USI** – União dos Sindicatos Independentes

**PRONERA**- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>EXPLORANDO OS CONCEITOS DE GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>13</b>
2.1	O QUE É GÊNERO?.....	13
2.2	DESIGUALDADE DE GÊNERO.....	14
2.3	ESTUDO DE MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS.....	16
2.4	MOVIMENTO SOCIAIS.....	17
2.5	MULHERES E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	27
2.5.1	<b>A jornada de trabalho de uma mãe militante.....</b>	<b>28</b>
2.5.2	<b>Mulheres e Agroecologia.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>DISCUTINDO OS RESULTADOS E ANALISANDO OS DADOS.....</b>	<b>31</b>
3.1	RELATOS.....	32
3.1.1	<b>Rosa, mãe, militante, acampada e da direção nacional.....</b>	<b>32</b>
3.1.2	<b>Jussara, mãe, militante acampada e estudante de geografia pelo PRONERA.....</b>	<b>33</b>
3.1.3	<b>Maria, mãe, militante acampada.....</b>	<b>33</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Todas as vitórias ocultam uma renúncia”*

(Simone de Beauvoir)

Ao longo, da história ocidental, a mulher ocupou uma posição de “complementar” o homem em qualquer espaço ocupado. De tal modo, que sua trajetória é marcada pela luta para alcançar sua justa posição de equidade social, econômica e cultural. A reflexão sobre igualdade e desigualdade, envolve um campo de discussões que quanto mais aprofundadas, mais tendem a ser questionadas. A dinâmica social força uma constante revisão e avaliação de critérios mais justos nas distribuições de diversas responsabilidades dos gêneros (TEIXEIRA, 2010).

No tema de movimentos sociais, muitas vezes, ignora-se que um dos agentes políticos principais é a mulher, invisibilizando sua participação, de modo que muitas vezes, só se reconhece tal participação quando elas protagonizam movimentos de caráter feminista. A subordinação e conseqüentemente opressão às mulheres se constituem em todos os âmbitos da vida pública e privada onde muitas vezes se torna “regra” nas mais diversas sociedades (MELUCCI, 2001).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto movimento social, tem como seu objetivo principal a luta pela terra por meio da reforma agrária, luta diária e necessária para ocupar e produzir de forma justa, que envolve a luta de classes. De acordo com Esmeraldo (2013), as ações políticas desse movimento envolvem todos os componentes da família, mas ainda assim, as questões referentes a opressão de gênero ainda tendem a ser reproduzidas, ainda mais quando as mulheres são mães.

Quando se traz a militância materna, pensasse logo a imagem de uma mulher com seu filho nos braços frente a algum protesto. Mas, se tornar mãe vai para além disso, a militância tem início antes da vinda da criança ao mundo e depois disso, ser criada com todo amor e dedicação. Contudo, ser mãe em meio a uma sociedade patriarcal, onde a maternidade é vista como algo compulsório, não é fácil, mesmo aquelas mães que escolhem maternar ainda tem suas histórias constantemente apagadas.

A “idealização” da maternidade é cultural e ela já começa muito antes da gestação. Como um ponto punitivo e de julgamento com aquelas que defendem o direito de SER e NÃO SER MÃE. Este período é mitificado na vida da mulher com o mais “lindo” e “sublime” de sua

vida e permanece sustentado socialmente, até pelo menos, o final da infância e início da adolescência do filho, visto que nos primeiros anos de vida da criança se tem novas experiências como o falar, o andar, escrita, novas descobertas, e entre outros encantamentos e habilidades. Nesses momentos, a atenção está sempre na criança. Mas, e a mãe? E o processo da maternidade? E sua posição nos movimentos sociais? Seus medos e incertezas? Ela permanece invisível, dissolvida nos cuidados do bebê e numa luta emocional para equilibrar a maternidade, vida afetiva, militância, carreira e individualidade.

É visível o “desconhecimento” das pessoas sobre a temática da maternidade militante, ou tentam não abordar sobre isso. Por meio da minha vivência como uma mulher, mãe, preta, estudante e militante do movimento sem-terra, observei o quanto o assunto sobre a visibilidade da maternagem militante passam “despercebidos” dentro do movimento. Percebi também ausência de conteúdos sobre o assunto

O interesse em estudar esse tema surgiu quando ainda grávida, percebi a falta de visibilidade de mães que também lutam pela Reforma Agrária no Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra, como por exemplo a falta de um coletivo dentro do setor de Gênero que consiga suprir as nossas necessidades com a maternagem militante. Dentro deste contexto, este trabalho tem por objetivo geral abordar o processo de construção da visibilidade da mulher-mãe e seu entrelaçamento com a militância em Movimentos Sociais, em especial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o maior movimento popular da América Latina. de modo a contribuir para a construção da mudança.

Metodologicamente falando, o presente estudo é do tipo descritivo, com a abordagem qualitativa, a técnica utilizada para a pesquisa de campo foi a entrevista. Para a realização deste trabalho, fiz pesquisas de materiais como livros, artigos, de temas como gênero, movimentos sociais, maternidade e feminismo. A entrevistas foi realizada com três mulheres militantes assentadas, com diferentes tarefas, idades, sobre como lidam com a jornada da militância e a maternidade, as entrevistadas são natural do Rio Grande do Norte. A escolha das entrevistadas foi de acordo com a disponibilidade que cada uma tem, e também focada nas mães mais jovens do MST. A entrevista foi realizada entre os meses de maio e junho, de acordo com a disponibilidade de cada mãe, com encontro via Meet.

Dessa forma, o trabalho estrutura-se em seções e subseções que abordam e exploram discussões sobre o conceito de Gênero e Movimentos Sociais. Dentro da seção de Gênero, é abordado a análise e resgate histórico sobre ser mulher frente a uma sociedade patriarcal em

subseções Desigualdade de Gênero e Estudo de mulheres em Movimentos Sociais. Em Movimentos Sociais, aponta-se para uma configuração de uma identidade da mulher mãe militante de Movimentos Sociais, que está dividido em subseções: Feminismo, Feminismo Negro, Ligas Camponesas, MST, Mulheres e Movimentos Sociais, A jornada de trabalho uma mãe militante e Mulheres e Agroecologia. Nas discussões de resultados, trazemos análise de dados e também uma reflexão que poderá ser usada para debates e ser compreendida melhor a jornada de mulheres que maternam militando.

## 2 EXPLORANDO OS CONCEITOS DE GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS

### 2.1 O QUE É GÊNERO?

O conceito de gênero é marcado pela matriz teórica dos estudos de gênero denominada de essencialista, isto posto, os gêneros -feminino e masculino, são naturalmente determinados pela biologia dos corpos. A genitália seria o definidor do comportamento, sentimento e desejo. Em contrapartida, a matriz da teoria construtiva considera os gêneros como efeito das relações sociais determinadas, como exemplifica a frase de Simone Beauvoir- “Não se nasce mulher, torna-se”. Ser homem ou mulher não é definido pela genitália e sim, arbitrariamente, pela sociedade em certo momento histórico. (Pelúcio, 2014 p.99).

Nos dias atuais, o papel da mulher dentro da sociedade tem se intensificado cada vez mais e são incontáveis exemplos delas conseguindo e garantindo seu espaço de grande valor e sucesso em variados setores no meio social, antes tomado por homens. Abordar questões das mulheres e suas memórias, possibilita problematizar a relação de exclusão e memórias públicas sob uma perspectiva de cidadania.

Vindo do latim *genus*, o termo gênero significa “nascimento”. O termo proposto era defendido por historiadores que afirmam que a pesquisa sobre mulheres transformaria os paradigmas científicos, que, além de propor novos temas, imporá uma reavaliação crítica aos critérios (Scott apud Samara, 1997).

Gênero é um conceito que não pode ser compreendido se não for articulado com a ideia de classe e com questões étnico-social. O conceito como tal, se liga a diversos contextos e especificidades. Deve ser considerado como uma singular, porém envolto na realidade sociocultural do seu tempo. Para Matos (1997), gênero é uma categoria que procurando destacar os perfis masculinos e femininos que se definem um em função do outro.

[...] perfis se constroem histórica, social e culturalmente em um tempo, espaço e cultura determinados. As relações de gêneros são um elemento constitutivo de relações baseadas nas diferenças hierárquicas que diferenciam os sexos e são, portanto, uma forma primária de relações de poder [...] (Matos, 1997, P. 97-98).

Analisar as questões de gênero hoje, remete a busca de informações na História, Sociologia, Filosofia, e entre outras disciplinas, que abrange a compreensão do processo de relações entre os humanos. Nesse sentido, o conceito de gênero está imerso por muitos significados e articulado a categorias sociais abrangentes, como por exemplo, a desigualdade racial.

Scott (1990) coloca que, no uso isolado, o gênero é somente um conceito de estudos relativos às mulheres, mas também está relacionado às relações de poder. Percebemos a situação da mulher como um ser pertencente à segunda categoria comparada ao homem. Gênero, enquanto categoria sociocultural e histórica, imerge com o conceito de análise para questionar esses espaços que definem o comportamento de homens baseados no sexo.

Nas relações de classes, há uma construção de cidadãs e cidadãos com papéis diferentes que sustentam as desigualdades, onde as distinções são definidas até antes do nascimento do/das indivíduos/as. Ao homem, é concedido o espaço, poder e liberdade, portanto, o cargo, a política e o domínio público. Às mulheres, o cuidado, a obediência, a maternidade vivenciada na infância ao brincar de boneca e o dever de servir e o limite do espaço privado. Para Bourdieu (2003), as mulheres fazem parte de elementos na economia de bens, onde as disposições que ele chama de *habitus*, não separam das estruturas que produzem e simultaneamente reproduzem.

Para melhor compreender como as desigualdades a ser questionadas, passando a ser faladas e transformadas na sociedade, é de suma importância conhecer a contribuição ofertada por movimentos sociais, especificamente o movimento feminista. Desta forma, o conceito de gênero é de força de análise para propor mudanças nos paradigmas históricos e sociais, para que a condição das mulheres seja respeitada e assim as relações humanas sejam construídas para uma sociedade mais justa.

## 2.2. DESIGUALDADE DE GÊNERO

O conceito de gênero é de força de análise para propor mudanças nos paradigmas históricos e sociais, para que a condição das mulheres seja respeitada e assim as relações humanas sejam construídas para uma sociedade mais justa.

[...] a categoria de gênero merece um destaque significativo nos debates reflexivos. A emergência da categoria representou, uma virada epistemológica ou uma literatura das mulheres, sobre mulheres e passava-se a analisar a construção social do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio às relações sociais de poder. (Louro, 2002, p. 15).

Por meio de contextos históricos da difusão dos estudos feministas, tem-se o debate sobre a carga do trabalho invisível das mulheres, principalmente no âmbito doméstico e de cuidados, que contribui para a definição de divisão sexual do trabalho. Isto posto, o sistema

capitalista divide o trabalho em duas esferas - que está relacionada ao mercado, de forma remunerada e esfera reprodutiva ligada ao espaço doméstico, sem remuneração.

A partir da construção social de gênero, foi determinado que o homem estaria designado para a esfera produtiva, onde vende sua força de trabalho no mercado e também é responsável pela família. Já a figura feminina, por sua vez, devido a sua função biológica da capacidade de gerar filhos, foi designada ao espaço reprodutivo onde é responsável pela manutenção de sua família, afazeres domésticos. Através desse sistema fundamentado no patriarcado, ao homem é direcionado o controle dos recursos e dos corpos, impondo a divisão sexual de tarefas e que privilegia o gênero masculino e invisibiliza o trabalho realizado pelas mulheres.

No Brasil, existe uma marca histórica de não reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, garantindo um gigante atraso na garantia de direitos básicos e sociais. Jalil (2009) argumenta que apenas após a constituição de 1988 as mulheres passaram a possuir direitos como auxílio maternidade, doença, previdência social e entre outros essenciais para garantir a sobrevivência, sobretudo quando chegar a terceira idade.

A presença em massa das mulheres no mercado de trabalho e em espaços sociais de ocupação, ainda são relacionados com situações de sexismo, discriminação, misoginia e falta de oportunidades.

Características do trabalho masculino são mais valorizadas, sendo consideradas “superiores”. Já as características compreendidas como femininas, são tidas como inferiores. Essas reflexões, em uma maior valorização dos trabalhos desempenhados pelos homens, enquanto as mulheres sofrem com a desvalorização do trabalho feminino (Corrêa, 2021). Assim se dá a “divisão sexual do trabalho”.

A divisão sexual do trabalho, é uma base fundamental na qual se assentam as hierarquias de gênero [...], onde sustenta papéis de gênero e a opressão das mulheres (Biroli, 2018). Destaca-se que os papéis de gênero e da divisão sexual do trabalho “refere-se à divisão dos trabalhos em produtivos e reprodutivos, os quais são definidos com base nos papéis diferenciados atribuídos a homens e mulheres em cada sociedade” (Hooks, 2019). Desse modo, é possível compreender que isso se dá, pois, tradicionalmente, os trabalhos desempenhados pelas mulheres sempre estiveram relacionados às tarefas domésticas e ao cuidado da casa e dos filhos.

Apesar de grandes avanços sociais diante de inúmeros retrocessos, vale ressaltar que apenas em 2015 que foi sancionada a Lei da empregada doméstica – PEC da doméstica, como ficou conhecida, trazendo direitos e benefícios sociais à classe doméstica

Portanto, ao longo da história, as mulheres vão se organizando pelo mundo e desencadeiam uma série de reflexões, por meio de suas lutas, pelo seu reconhecimento social junto aos movimentos de cunho feministas e outros. Tudo isso se resulta em mudanças de postura das outras mulheres que antecederam a luta. Esse é a compreensão de Beauvoir (1970, p.74):

“A igualdade só se poderá reestabelecer quando a mulher e o homem estiverem juridicamente (...). “A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não mais solicitada pelo trabalho doméstico, senão uma medida insignificante.”

### 2.3. ESTUDO DE MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS

O aparecimento das mulheres nas lutas sociais brasileiras é histórico, isso é inegável. Jornais, revistas falam das mulheres presentes nas lutas, embora que, geralmente seja criminalizando. Muitas dessas lutadoras se embrenham nas lutas, que apenas anos depois se tornaram pautas de caráter coletivo. Outras ainda constituíram coletivos de lutas desde o início de sua atuação, constituindo frentes de lutas, grupos revolucionários e movimento sociais. Para tanto, é importante lembrar que os movimentos sociais se configuram como “uma das formas possíveis de mudança e transformação social” (Gohn, 2006, p.248).

Em registros históricos, estarão as mulheres que, comumente são caracterizadas como criminosas ou fanáticas por alguns e símbolo de revolução feminina por outros, como por exemplo, Elizabeth Altino Teixeira, Roseli Celeste Nunes da Silva, e tantas outras. Elas também serão encontradas no âmbito das lutas pelos direitos e pela instituição de serviços públicos com respeito aos direitos humanos, como a sindicalista Margarida Maria Alves, na psiquiatria com Nise da Silveira, na Educação com Conceição Evaristo. Serão muitas Marias, Margaridas, Nises, Conceição que aparecerão numa análise pormenorizada da formação sócio histórica brasileira.

A militância política das mulheres rurais em movimento sociais traz muitos significados de lutas e resistência, principalmente no Nordeste, quando elas começaram a participar efetivamente de sindicatos como Margarida Maria Alves e liderando a presidência de organizações de Movimento campestre como Elizabeth Altino Teixeira. Construir um legado, lutar por uma relação de poderes na sociedade, entrar em um mercado de trabalho, ocupar cargos e funções, ser referência política e de luta pela reforma agrária popular e conseguir autonomia de suas próprias decisões para viver as dimensões da liberdade.

As mulheres vão trilhando esses caminhos e demarcando seus espaços, desafios, criminalizações, com avanços e sucesso, vão se afirmando enquanto coletivo que, historicamente vários direitos foram negados, lutando até contra seu próprio gênero, amordaçada pela cultura dominante. Apesar de todo o protagonismo desenvolvido pelas mulheres na luta e em muitos momentos juntos com homens, ainda é visível a herança histórica de como ainda o sistema patriarcal ainda é real.

Nesse sentido, se faz necessário compreender como essas mulheres, apesar do contexto social de uma cultura patriarcal, machista e desumano, conseguiram firmar seu protagonismo chegando a despertar interesse coletivo e se fazer símbolo de luta a partir da memória individual e coletiva de tantas outras mulheres que vivenciaram o processo de luta, principalmente pela terra.

Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade. O apagamento histórico sofrido por mulheres leva a construção no imaginário popular, inclusive feminino, que nossas conquistas foram pontuais, muitas vezes apenas fruto de conjunturas favoráveis ou mesmo concessões masculinas. As mulheres escrevem suas próprias histórias, assimilando, mas também modificando aspectos da sua realidade. Desta forma, elas compõem uma experiência viva em sua existência, revelada por ações sociais expressas no seu cotidiano. Dá-se assim, lugar a um conjunto de conhecimentos vividos que se projetam para o futuro na composição da consciência e nas ações do movimento.

## 2.4 MOVIMENTO SOCIAIS

A priori, precisa-se demarcar o entendimento sobre o que são movimentos sociais: nós vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam muitas e diferentes formas de pessoas e coletivo organizar suas demandas (Gohn, 2008). Os movimentos sociais são agentes importantes da transformação social e portadores de uma nova visão da sociedade, pois, eles preenchem espaços nos quais o Estado e outras instituições são incapazes de atuar para os interesses do coletivo.

De acordo com Sartori (2006), os movimentos sociais acompanharam os passos democráticos de inúmeras nações, inclusive do Brasil. Estiveram presentes constantemente em acontecimentos históricos relevantes, principalmente quando se trata de movimentos sociais. Entende-se por Movimentos Sociais ações de caráter coletivo de um grupo organizado e tem por objetivo a mudança de situações, ou seja, tentativas coletivas de promover um interesse comum ou garantir objetivos (Tomazi, 2007).

Para se manter um movimento social, é necessária uma organização muito desenvolvida, o que necessita da mobilização das pessoas e recursos engajados. Isso por que, ele não se limita apenas a manifestações de caráter público, mas também da organizativa que possuem para alcançar seus objetivos políticos. Os movimentos sociais apresentam uma demanda organizada em prol de um caráter duradouro por uma bandeira. “ Esses segmentos sociais são constituídos por atores distintos, possuem identidades diferenciadas, mas interesses mútuo [...]” (Mocelin, 2009, p.49).

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e sempre vão existir, isso porque representam forças sociais organizadas, num campo organizado de atividades e experimentação social que terão como consequências, inovações socioculturais.

Atualmente, existe uma grande diversidade de movimentos sociais, alguns duradouros e outros passageiros. Esses movimentos acontecem de muitas formas e tamanhos, chegando até milhões de pessoas participando. Os movimentos sociais tem por objetivo, trazer mudanças para fins públicos como expansão dos direitos para a população, e quando bem organizados, podem trazer bons e grandes resultados.

Durante grande parte do século XX, os sociólogos tinham uma visão de movimentos sociais como um fenômeno bastante incomum, eles pareciam ser marginais à prática voga a sociologia (...). A partir da década de 1960 isso começou a mudar com uma nova onda de movimentos, que despertou interesse de sociólogos que queriam entendê-los e explicá-los. (Giddens, 2012, p. 715).

Giddens (2012) coloca que os movimentos sociais são atividades coletivas que visam estabelecer uma ordem nova de vida. O seu princípio é uma condição de inquietação e derivam sua força da inquietação com a atual forma de vida e, por outro lado, de desejo e esperanças para um novo esquema de vida. A trajetória de um movimento social mostra a emergência de uma nova vida. Um movimento começa mal organizado, sem forma definida, o comportamento coletivo está no nível primitivo, conseqüentemente, organizado. À medida que vai crescendo, cria um corpo de tradições, com a presença de liderança bem estabelecida, divisão de trabalho, regras e valores sociais para um novo esquema de vida.

Os Movimentos sociais têm importante função de realizam diagnósticos sobre a realidade social, constrói propostas, atuando em redes, ações coletivas que agem como resistência a exclusão e lutam pela inclusão social. Os movimentos sociais no Brasil têm sua história grifadas por grandes embates realizados contra governos autoritários, sobretudo, ainda nas lutas pela liberdade e democracia na década de 1970/80. De acordo com Gohn:

“O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos de 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, por demandas e pressões organizadas, para as conquistas de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. (Gohn, 2011, p. 342).”

Na década de 80 viveu-se um período denominado como a volta da democracia. Foram muito os movimentos e lutas que demarcaram a transição histórica na área política e social. Esse período foi extremamente rico do ponto de vista das experiências político-sociais. A luta pelas Diretas-Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta as eleições para a Presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento das Centrais Sindicais (CONCLAT, CUT, USI, FORÇA SINDICAL), a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular (ANAMPOS, PRÓ-CENTRAL), o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo o território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, desempregados, etc. Todos, em seu conjunto, revelavam a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas.

Tomazi (2007), destaca que os movimentos sociais não são predeterminados, dependem sempre das condições em que ele se desenvolve, ou seja, das forças sociais e políticas que os apoia ou confrontam, dos recursos existentes para manter a ação e dos instrumentos que são utilizado para dar e manter a repercussão.

A vida de um movimento social é uma organização muito desenvolvida, o que requer uma mobilização de recursos e pessoas muito engajadas. O movimento não se limita a manifestações públicas dispersas, porém, trata-se de organizações minimamente sistematizadas para atuar e alcançar seus objetivos políticos, o que significa que é uma luta contínua e a longo prazo. Em outras linhas, os movimentos sociais demandam uma ação organizada de caráter permanente por uma determinada causa e bandeira.

#### A) Feminismo

Inicialmente, é necessário entender um pouco o que houve no passado para preencher a lacuna de desinformação sobre o que é o feminismo e como esse movimento teve e tem um papel fundamental na sociedade atual. Observa-se que o feminismo está conectado ao gênero feminino - logo à mulher. É a construção e, a ideia de construção, baseia-se na formação de um protagonismo, de pessoas que eram meramente figurantes na sociedade.

Isto posto, Nogueira (2001) conceitua o feminismo como um movimento social onde sua finalidade é equidade dos gêneros relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos. Segundo Duarte (2003), o feminismo poderia ser entendido, em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra opressão, machismo, patriarcado onde os direitos da mulher são feridos, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e político seja por uma iniciativa grupal ou individual.

A classificação de Feminismo é difundida em “fases” ou “ondas”. Existem múltiplas classificações nesse sentido, algumas autoras consideram que o Feminismo teve apenas duas, como coloca Luz e Nascimento, “dois grandes momentos” (Luz; Nascimento, 2014).

As feministas como Conceição Nogueira, Martha Narvaz, Cláudia Lima Costa, dividiram a História do movimento em *Ondas* ou *Fases*, em três. Segundo Toscano e Goldenberg (1992), o feminismo, no primeiro momento, aparece na segunda década do século XX, com a pauta sobre o sufrágio (direito ao voto), dentre outros direitos. A segunda onda, de 1960 até 80, representa uma época de inovação, marcada pela politização do corpo, com debates sobre reprodução, sexualidade e prazer. Essa segunda fase também marcada por Simone Beauvoir, com o livro “*O Segundo Sexo*”, onde afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Algumas autoras afirmam que o período entre a primeira e a segunda fase teria se seguido de “calmaria” (Correia, 2015). A terceira fase, algumas autoras adotam que teria tido início no final da década de 1980, sendo caracterizado principalmente pela crítica à definição essencialista de “mulher”, visa evitar aquilo que vê como as definições e teorias de mulheres brancas de classe média alta. É onde também há maior índice de mulheres negras que procuravam adentrar um espaço da esfera do feminismo para a consideração de subjetividade relacionadas à raça e espaço de fala.

A referência inicial para o feminismo foram as mulheres brancas de classe média alta onde lutavam para socialmente serem encaixadas na sociedade para trabalhar, votar e entre outros direitos civis, e somente a partir da terceira fase que foi possível a anexação das mulheres negras. Muitas vezes as mulheres brancas dominam o discurso sobre o feminismo, onde na maior parte apresentam pouca compreensão sobre o impacto psicológico do racismo, daí então a necessidade ampliar mais o movimento feminino, para discursos racial e pauta contra o racismo- Feminismo Negro.

A divisão do Movimento Feminista em “Fases” é apenas para fins didáticos, e que não existe unanimidade das relações dessas fases. A ampla difusão da ideia de classificação do Movimento Feminista faz com que impere no imaginário coletivo que o movimento de mulheres

ao longo da história viveu interrupções e inconsistências. O feminismo possibilitou a mulher ingressar em espaços e lutar para reivindicar direitos, acima de tudo, espaços e lugar de fala.

O feminismo, sobre tudo, aborda sobre libertação dos corpos femininos, condições de trabalho, lutas engajadas contra o patriarcado e o machismo, direitos das mulheres. A luta vai além d superficial visto na sociedade, mas sim, nas entranhas das estruturas patriarcal, a qual violentamente nos submetem. Através das árduas vertentes feministas, os direitos das mulheres vão sendo alcançados, e cada uma dessas vertentes possui uma linha de pensamento, mostrando ideias, conceitos e ações. Entendendo que que uma única linha de pensamento não seria o suficiente para abraçar os grandes desafios encontrado pelas mulheres, existem várias vertentes que abrangem reflexões diferenciadas com um mesmo propósito. Por isso posto, dentro do Feminismo existem inúmeros movimentos atendendo as demandas de cada mulher, sendo eles: Feminismo Liberal, Feminismo Marxista, Feminismo Interseccional, Feminismo Radical, Feminismo Negro- que será abordado na próxima seção.

## B) Feminismo Negro

Para que possamos efetivamente organizar o movimento de mulheres, numa perspectiva emancipatória, é extremamente importante se atentar aos recortes sociais na construção de do papel do gênero- mulheres. Desde muito tempo, grandes nomes de mulheres negras são invisibilizados na história oficial do Brasil, história que muitas vezes é contada por senhores brancos. Além de sofrerem por ser mulher, sofrem também por ser negras.

O Movimento de Mulheres Negras surgiu a partir da necessidade de construir espaços de lutas que contemplem principalmente as questões pertinentes à negritude. Diferente das mulheres brancas, que na construção do movimento feminista no Brasil já ocupavam as cadeiras da academia e lugar de fala, as mulheres negras eram contidas em posições subjugadas, sendo exploradas pela sociedade machista e pelo racismo.

Carneiro (2010) coloca que o mito da fragilidade feminina justificou desde sempre a proteção patriarcal do homem sobre a mulher. Mas de que mulher estamos falando? As mulheres negras, fazem parte de um contingente de mulheres que nunca reconheceram esse mito, porque nunca foram tratadas como frágeis. Historicamente, mulheres negras trabalharam como pessoas escravizadas por séculos em lavouras ou em ruas como quituteiras, vendedoras e até prostitutas. Mulheres negras sempre fizeram parte de um grupo de mulheres com uma identidade objetificada.

Ao analisarmos a maneira com que as escravizadas organizavam-se para resistir, e entendendo resistência como um processo não só de revolta, mas também de negociação, a dominação do patriarcado colonialista sobre os seus corpos, trabalho e filhos, desmistificaremos os estereótipos racistas e machistas que colocam as mulheres negras como: “mulatas lascivas sempre dispostas a servir com seus corpos e sua sensualidade”. Schumacher e Vital Brazil (2007) colocam que as condições das mulheres negras que chegavam ao Brasil em condições de tráfico, assim que saíam dos porões dos navios eram separadas por idades e seus corpos visionados e destinados à exploração sexual e física. As mulheres negras mais velhas eram destinadas à “Mãe Preta”, que cuidava e amamentava as crianças das senhoras da casa grande.

Desde muito tempo, é ensinado nos anos iniciais das escolas brasileiras que o Brasil é um país miscigenado, constituído pela mistura de indígenas, negros e brancos. A complexidade desse tema apresenta suas raízes na colonização do Brasil e seu regime escravista. Sendo assim, ainda hoje os que descendem dessa população liberta, ainda buscam exaustivamente o seu lugar como cidadãos e por dignidade. É fato, em nossa sociedade, que as mulheres sempre foram excluídas da história, sendo a mulher negra excluída duas vezes mais.

Dessa forma, pode-se entender a invisibilidade da mulher negra como protagonista da história na sociedade brasileira. E ainda sim, é notório o reflexo do período colonial nos dias de hoje. No Brasil da época colonial, a mulher branca no posto de senhora, tinha controle de situações e as podia dominá-las conseguindo manter seu papel de mãe e esposa. A mulher negra não tinha direito a esse papel, já que toda a sua dignidade e liberdade lhe eram tirados quando eram compradas por senhores. Segundo Natel (2014), às mulheres negras não fazem parte da história por estarem excluídas, observa-se que em todo panorama histórico ela está presente. A mulher negra é falada mesmo que em papel de subjetividade colocada pelo homem branco.

O movimento negro pauta também como é a representação da imagem da mulher negra, que muitas vezes é visibilizada e associada a estereótipos *hipersexualizados*, isto é, como uma representação de objeto sexual. O feminismo negro é a definição utilizada para identificar o movimento de mulheres que realizam discussões de gênero e raça, mulheres negras oprimidas pela sociedade dirigidas pelo homem, por meio do patriarcado e machismo. O foco e argumento central das mulheres feministas é elaborar um pensamento próprio, ou seja, práticas e experiências históricas de resistência aos processos de opressão que as submetem em função de gênero, raça e classe. De acordo Sebastião (2010, p.66),

“O feminismo negro tem sido a base de prática discursivas das organizações de mulheres negras e do movimento. É um movimento de um conceito que vem sendo forjado na luta dentro da luta do movimento de mulheres negras pelo reconhecimento da luta feminista e no combate ao racismo, junto ao combate com sexismo e misógina.”

O feminismo, é construído a partir de uma agenda e um legado histórico que pouco identifica e representa as mulheres negras, uma vez que a representação é uma mulher branca, urbana, classe média, heterossexual e acadêmica. Na história, o feminismo branco não debate sobre a construção racial, nem sobre o cotidiano de mulheres pretas que sofrem diariamente com o racismo; mas é apenas reconhecendo essa realidade que haverá a possível mudança da sociedade. Santos (2009, p.276) coloca que:

“[...] estudos sobre a história do movimento de mulheres negras brasileiras na era contemporânea, nos permite enxergar a complexidade desses objetos de lutas, intrigados a partir de questões sociais, econômicas e políticas. Na década e 1970, esses objetos virariam motivos para uma grande parte das mulheres negras a emancipar-se dos movimentos feminista e negro, fundando assim o mesmo no país.”

Sendo assim, o feminismo negro integra não apenas uma ou duas discussões que iniciam em meados dos anos 70, onde as mulheres dessa época reivindicam questões ligadas ao gênero e raça, já que essas discussões não aconteciam dentro do movimento feminista. As feministas negras evidenciavam heranças culturais afro-brasileiras equiparando valores referenciais e simbólico entre tradição oral e histórica, criando referencial simbólico fundamentais na luta contra o racismo.

### C) Ligas Camponesas

As Ligas Camponesas são organizações do campesinato. No Brasil, as primeiras organizações tiveram início há muitos anos, a maior parte foram tentativas de construir sindicatos rurais. O movimento foi criado no dia 1 de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Criada inicialmente no estado de Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro, objetivando lutar contra as péssimas condições de vida e pela Reforma Agrária.

Antes do aparecimento das ligas camponesas, os camponeses não tinham nenhuma consciência dos seus direitos e acabavam que por se submeter a toda e qualquer formas de exploração do latifúndio (...). Somente com o surgimento das ligas é que os camponeses se conscientizaram da repressão e exploração e a partir daí foram à luta (Targino; Moreira e Menezes, 2011, p.90).

O primeiro núcleo das Ligas Camponesas no Nordeste mostrou-se por volta de 1955 com a fundação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, chamado então de Engenho da Galileia. A iniciativa partiu dos camponeses da cidade de Vitória de Santo Antão- PE, e tinha como seu principal líder Zezé da Galileia. Francisco Julião Arruda de Paula atuou nas Ligas com o intuito de ajudar judicialmente, já que os agricultores estavam recebendo uma ação de despejo por parte do latifundiário. Francisco Julião é considerado também um dos mais importantes líderes da Ligas em Pernambuco (Welch, 2009).

Judicialmente, aconteceu uma grande batalha entre os camponeses da Galileia e o latifundiário. Essa batalha terminou com a vitória dos camponeses junto à Assembleia que votou na desapropriação da Galileia, em um projeto de lei da autoria do Deputado Socialista Carlos Luiz de Andrade. Contudo, o mesmo governo que desapropriou o engenho da Galileia sancionou uma lei para incorporar as terras da Galileia a uma companhia de venda e colonização que foi criada para combater as Ligas Camponesas. As terras foram desapropriadas, porém os camponeses nunca receberam os papéis da terra.

No ano de 1954, João Pedro Teixeira já vinha lutando junto ao homem do campo e já tinha conquistado a confiança de muitos camponeses. Quando os camponeses eram mandados embora das terras não tinham com quem contar; tinham que sair das terras mesmo sem direito sequer de colher o que tinha plantado. Então o objetivo da Liga era acabar com essas injustiças. Quando a Liga foi fundada de fato, já existiam muitos camponeses ao lado de João Pedro. E esse era o trabalho de João Pedro: conscientizar os camponeses que aquilo que acontecia com eles era uma injustiça. (TARGINO; MENEZES E MOREIRA, 2011). A Liga Camponesa de Sapé passou a ser um centro de referência do movimento e logo começou a expandir-se por os outros municípios paraibanos. Devido ao crescimento acelerado do Movimento das Ligas Camponesas na Paraíba, foi necessária a criação da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, que foi legitimada no dia 25 de novembro de 1961.

Os latifundiários queriam de todas as formas que João Pedro se afastasse da luta camponesa, chegando a oferecer dinheiro, mas ele nunca aceitou e nem fugiu da luta, então as ameaças de morte só aumentavam. João Pedro foi assassinado no dia 02 e abril de 1962, por uma emboscada tramada pelos latifundiários. Elizabeth Altino Teixeira, sua companheira e então viúva, assumiu a presidência das ligas após a morte do seu marido, tornando-se assim, um ícone transgressor feminino de luta, luto e resistência.

As Ligas Camponesas tiveram uma vida curta e foram colocadas na ilegalidade. Contudo, Ressurgiram e se transformaram nas mais contundentes organizações de camponeses

no Brasil. As ligas camponesas mobilizaram-se durante dez anos e formaram grandes massas rurais e urbanas gerando revoltas e esperanças além de proporcionar dignidade a milhares de pessoas que viviam no Nordeste do Brasil.

As ligas camponesas foram destruídas com o golpe militar de 1º de abril de 1964. Ele se sobressaiu em cima das Ligas, pois havia teses defendidas pela CIA que estavam em curso, no Brasil, um processo revolucionário, através das Ligas e reforma agrária influenciado pelo ocorrido em Cuba, em 1959. Muitas lideranças foram presas, perseguidas, torturadas e mortas e assim, as Ligas Camponesas foram assassinadas (Stédile, 2005).

#### D) Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

A história das lutas campesinas se forma na história da estrutura política e econômica social. O Brasil é um dos países de maior concentração de terras no mundo, tendo maiores latifúndios. Durante cinco séculos de latifúndios foram travadas lutas e resistências populares contra a exploração, expulsão e exclusão. O Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra é um importante movimento constituído de resistência, que organiza a classe trabalhadora levantando bandeira e organizando sua luta em prol da reforma agrária popular, pautando um novo modelo de produção e reprodução da vida em defesa da agroecologia, liberdade, produção de alimentos saudáveis, terra produtiva e da democracia.

A questão agrária no período de 1964 a 1985, passa por uma reviravolta histórica marcante na luta pela terra. De um lado, uma grande repressão e violência contra os movimentos camponeses, de outro os governos militares propondo o Estatuto da Terra como alternativa a uma reforma agrária às avessas, que moderniza o campo e não acaba com a concentração fundiária (Brito, 2014).

Segundo Stédile e Fernandes (2012), o MST no seu caráter organizativo, trabalha com diversas frentes além da reforma agrária, e também dialoga pela educação, saúde, produção e pela questão de gênero que, são instâncias deliberativas de atividades denominadas de setores, organizada conforme pelo processo do movimento. A ocupação é uma das características cruciais do movimento, trata-se de um dos elementos constitutivos na luta pela terra. Através da ocupação, as pessoas se organizam politicamente, propondo a sociedade também o dever de manifestar, pois ocupar e organizar- se são elementos de contrarreação à desigualdade a pobreza agrária.

O MST começou a se formar no final da década de 70, quando trabalhadores camponeses ocupando a terra não aceitam propostas da colonização e reforma agrária, que não

tinha nenhuma intenção de mudar a questão agrária do país, apenas de colonização. A década era marcada pelos conflitos iniciados no pré-golpe civil militar, regime ditatorial que instalou-se em abril de 1964. Oficialmente, o MST surgiu fortemente nos anos 80, com o fim da ditadura e processo de redemocratização do país. A fundação do movimento aconteceu em 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Em 1984, aconteceu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Treze (13) estados participaram com um total de 80 representantes. Os objetivos básicos gerais do Movimento eram: a terra deve estar nas mãos daqueles que trabalham nela; organização dos trabalhadores na base; lutar por uma sociedade sem explorados; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores, e por fim articular trabalhadores da cidade. Embora que tenha acontecido muitas mudanças, em 1996, Roseli Caldart (1996, p.19), pautava que:

“O MST, fundado há mais de uma década, ainda é o mais dinâmico movimento da América Latina. Suas atividades movem meio milhão de trabalhadores rurais, ocupantes de terras, cooperativas e afiliados rurais num território que abrange a maior parte do Brasil.”

Em sua organização e ação, o movimento vem se constituindo e ganhando força na interlocução da luta pela reforma agrária, direcionando politicamente o rumo da luta pela terra no Brasil. Este movimento social, apresenta uma compreensão da necessidade de pautar sobre educação enquanto arte do processo da transformação da sociedade. A Reforma Agrária é fundamental em qualquer política que promova o desenvolvimento do Brasil. Mas, até hoje, não se conseguiu efetivá-la por conta dos interesses dos grupos dominantes que “controlam” o país desde a colonização, realizada com base no latifúndio.

De acordo com Stédile e Fernandes (2012), a reforma agrária - principal frente de luta do MST, possui várias facetas e conceitos que precisam ser esclarecidos para a compreensão da proposta que movimento pressupõe. Existem três tipos da reforma agrária: a primeira, é a clássica e tem caráter capitalista que é feita pela burguesia, pensada na democratização do acesso à terra e tornando o camponês um produtor autônomo do mercado. O segundo ponto, a reforma agrária da política de assentamentos que não modifica em nada a estrutura fundiária e apenas dá terra alguns milhares de famílias. E, por fim, a reforma agrária defendida pelo MST e movimentos sociais, as quais defendem mudanças radicais na estrutura fundiária e na concentração dos monopólios da terra, propondo uma desapropriação regionalizada e que venha mudar a realidade agrária do país.

Os movimentos sociais têm sido considerados por diferentes analistas como uma fonte de inovações e de mudança social. Gohn (1997), coloca que os movimentos são elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação, como análises passadas ressaltam, e muitas vezes na atualidade ainda são tratadas. A autora ressalta que a presença de movimentos sociais é uma constante na história política do Brasil, mas cheia de ciclos com fluxos e refluxos de resistência em face à nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas.

## 2.5 MULHERES E MOVIMENTOS SOCIAIS

Grande parte da história brasileira esteve sujeita a regimes ditatoriais ou governado por oligarquias onde a tomada de decisões populares é ausente. A luta pela terra constitui as mulheres como narradoras objetos-sujeitos de narrativas de gênero e classe. As vozes femininas do campesinato ainda partem de um lugar de desigualdade, mas não inexistente no interior das relações hegemônicas pelos homens. Por muito tempo, as mulheres foram relacionadas com o trabalho reprodutivo, cuidado com as crianças e enfermos, cultivo e preparo de alimentos e serviços domésticos. Já a figura masculina foi relacionada ao trabalho produtivo que é destinado a comercialização (Paulilo, 2016).

As lutas por direitos sociais elegeram um novo “sujeito político”, as mulheres agricultoras (Cordeiro & Cardona, 2010). Nesse sentido, a luta das mulheres em paralelo à igualdade, traz a afirmação de uma identidade política por conta do não reconhecimento de suas presenças como mulheres do campo nos espaços e pela falta de acesso aos direitos. Nessa perspectiva, a luta política no interior de um movimento grande e importante, exerce um importante papel para a afirmação da luta das mulheres.

Leite (2012) descreve que na esfera do MST, tem-se estimulado a participação das mulheres na luta, tanto no por meio da conquista do direito de reafirmar o registro lotes de terra no seu nome quanto na garantia de suas presenças em instâncias de representação do movimento. Essas mulheres têm ao longo de anos, na história de muitos assentamentos, como importantes agentes de articulação com o poder na elaboração de alternativas produtivas. Tais aspectos têm, repercutido em duas esferas historicamente delineadas de modo particular para o gênero feminino: 1) no universo familiar, em que se espera uma participação das mulheres como cuidadora do lar e dos membros familiares, cumprindo papéis geralmente de subordinação frente a uma dominação masculina e; 2) no âmbito de sua relação com o trabalho,

em que historicamente verifica-se uma invisibilidade de suas atividades produtivas, tidas como uma “ajuda” no espaço da agricultura familiar.

Dessa forma, é imprescindível compreender os processos como lógicas que envolvem participações políticas das mulheres e que geram a valorização das suas reivindicações, resultado das formas como estas têm se organizado nos movimentos sociais (Scott, 2010).

A participação das mulheres nos movimentos sociais, teve e tem um papel de extrema importância, não somente para as próprias mulheres, mas também para toda a sociedade civil mediante a tantas questões da sociedade. Rompendo amarras que as dominaram durante séculos, conquistando o direito de ser mulher e desconstruindo preconceitos sobre sua imagem, a biografia da mulher hoje se complementam com autonomia, emancipação e libertação, vivendo e trabalhando, principalmente na terra e pela terra, e em outros espaços ganhando visibilidade.

### **2.5.1 A jornada de trabalho de uma mãe militante**

A historicidade que atravessa o gênero e toda sua construção marcada envoltas em confirmações sociais, induzem a maneira de como cada mulher experiencia etapas vividas e não vividas da sua existência. As múltiplas etapas que constituem o modelo da feminilidade dentro da sociedade capitalista e patriarcal, é a maternidade.

Desse modo, é importante pensar na dimensão de gênero em torno da militância política e seus enlaçamentos marcados pela desigualdade de classe, gênero etnia e geração. Medeiros (2008) afirma que existem questões específicas nas relações de gênero que se impõe relacionadas a problemática geracional de que mulheres com filhos de idade maiores, capazes de delegar tarefas na casa e/ou mesmo com filhos que já saíram de casa, tem maior possibilidade de assumir diferentes níveis de participação política do que as mulheres mães com filhos mais novos que demanda maiores cuidados.

As tarefas relacionadas ao gênero feminino sobrecarregam e dificultam a participação em outras esferas, entre elas, a política. Através de Marchas é visível não apenas para a sociedade, mas sobretudo para elas mesmas. As mulheres camponesas têm se afastado de modelos considerados tradicionais, que acabam neutralizando a divisão sexual do trabalho. Contudo, os espaços micro e macro de participação ainda rodeiam aspectos conservadores e masculinos. Isso explica o surgimento de movimentos específicos de mulheres, como tratar de suas reivindicações específicas de gênero, já que eram consideradas menos importantes do que as reivindicações de classes e economia que motivam as organizações no geral (Aguiar, 2015).

A concentração do trabalho sobre as mulheres, condiciona a elas sobrecarga que impacta diretamente no físico e mental. Desse modo, descentralizar as questões e coloca-las em uma relação de igualdade, entendendo que a maternidade não é uma função social apenas diretamente ligada as mulheres.

Colocar as mulheres como secundárias na luta, afirma um não reconhecimento de identidade própria. Desse modo, Leite e Dimenstein (2012) colocam que, aspectos repercutem historicamente em esferas sobre o gênero feminino, que são: no âmbito familiar, espera-se uma mulher que cuide do lar, dos filhos, da criação e que cumpra papéis de subordinação referente a uma dominação patriarcal; no segundo aspecto, na esfera da sua relação de trabalho, que erroneamente na história, aponta uma invisibilidade das suas atividades produtivas, ou como uma ajuda no espaço da agricultura. Ainda assim, é visível mulheres em linha de frente nos confrontos políticos do MST, em atos públicos, marchas, acampamentos e nos assentamentos. Contudo, ainda se encontram poucas mulheres na posição de liderança até na representação movimento (Deere, 2004).

Bordalo (2011), traz que em 1980, quando surgiu o MST, a participação das mulheres foi reafirmada em partidos políticos, movimentos e demais espaços públicos, também influenciado pelo movimento feminista que antecedia naquela época em 1970. Na reafirmação por espaços femininos dentro do movimento, sentiu-se necessidade de construir novas relações para mulheres. A dinâmica da luta pela terra movimentou as mulheres a provocar questionamentos sobre suas posições e estruturas de poder dentro do movimento (Gonçalves, 2009).

### **2.5.2 Mulheres e Agroecologia**

O envolvimento das mulheres rurais com os temas da agroecologia, não é recente. Tradicionalmente, a mulher é colocada no lugar de ocupação das tarefas domésticas e filhos, trabalho não remunerado que, por não serem intermediadas pelo dinheiro, é um trabalho invisível e, ao mesmo tempo, desvalorizado socialmente (MULLER et al., 2021).

As mulheres agricultoras são a maioria entre os membros não remunerados da família e a riqueza não monetária que é produzida pelo trabalho realizado pelas mulheres, é desconsiderada na economia (Neto, 2018; Varanda, 2019; Muller et al., 2021). Nessa relação, é importante que os estudos feministas sejam direcionados para as mulheres envoltas no sistema agrícola, pois as relações entre homens e mulheres na família e a forma como a mesma é constituída e reproduzida são tão importantes quanto as relações de classe.

A agroecologia se torna uma questão no movimento feminista através da aliança internacional entre a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina, que além de lutar contra a violência e patriarcado, contra a exclusão das mulheres dos espaços de decisão e dos espaços políticos, contra a divisão sexual do trabalho, inclui na luta a agroecologia pela soberania e a segurança alimentar. (Vilas Boas, 2017; Muller et al., 2021).

A agroecologia, surge em meados no final da década de 1980 como um movimento de resistência à homogeneização tecnológica, desmitificando o modelo hegemônico de desenvolvimento baseado no monocultivo, no latifúndio e à imposição dos interesses privados do agronegócio que geram exclusão social e degradação ambiental

A agroecologia é uma prática milenar, e vai além da agricultura convencional. É imprescindível falar de agroecologia e não mencionar os povos tradicionais e a forma que manejam os espaços de forma agroecológica. Importante lembrar que, um dos grandes nomes femininos percursores para a disseminação dos estudos sobre agroecologia Anna Maria Primavesi, uma representação feminina na agroecologia.

### 3 DISCUTINDO OS RESULTADOS E ANALISANDO OS DADOS

Ser uma mãe Sem Terra, militante do meio popular, nos faz pensar sobre todas as contradições, já que não são poucas as vezes que nosso cotidiano de luta e tarefas políticas nos impõem dilemas, escolhas difíceis atravessadas pela pressão social. Como conciliar atividades, tarefas com os cuidados da criança? Ainda mais quando estão em fase de descobertas e desenvolvimento?

Como mãe militante (entrei para a militância do MST em 2021), eu poderia trazer muitas histórias vivenciadas em nosso Movimento. Da felicidade de ter um filho “compartilhado” com a companheirada, no entrelaçamento das histórias das mulheres compartilhadas de experiência, das cirandas. Mas, vem uma vontade de compartilhar com vocês momentos sobre a maternidade militante. Quando meu filho nasceu, o Benjamin, existia uma ideia que não saia da minha cabeça: *“dizem que uma mulher só passa a se sentir completa depois que se torna mãe”*. Ouvindo isso, eu passei a achar que isso era bom, e que era mesmo verdade, que a gente se sente bem completa depois ter um filho, e é “normal” alguns pedaços ficam pelo caminho depois que eles nascem.

Obviamente, a experiência da maternidade é algo muito pessoal para cada uma de nós. Cada uma terá múltiplos e muitos sentimentos e lidar com cada um deles é desafiador, o que não podemos ignorar é a forma que somos atravessadas por determinações sociais, o que implica dizer que estão mediadas por questões de classe, raça/etnia e gênero. Uma parte que nos contam é que a maternidade é natural, biológica, como se ser mãe fizesse parte de cada ser feminino e que desde o nascimento e instintivamente precisamos exercer essa função.

Ser mãe é uma experiência única e totalizadora, onde não tem muito espaço para sentimentos que são contraditórios, onde os mesmos geram conflitos psíquicos e culpa. Quando estava grávida, observava as propagandas de produtos para bebês e mães, nessas propagandas não haviam espaços para esgotamento físico e emocional, privações de sono das noites de dormir, ter um tempo pra si, estudar, viver e se dedicar a outras atividades. O que parece também é o recorrente abandono paterno, que é tão real e presente e conseqüentemente o medo de como vamos lidar com isso, diante de um futuro tão incerto, que aguarda também os nossos filhos. Pelas telas, estes sentimentos são silenciados, assim como evitados pelas mulheres por medo do que vão pensar delas. Afinal, que tipo de mãe seriam se não aceitassem padecer no paraíso da maternidade?

A maternidade pode nos trazer muitas experiências incríveis e humanizadoras, como também pode ser sentida, em alguns casos, como uma violência, causando sofrimentos difíceis de superar, se não forem expostos. O cotidiano é quase monótono, atividades domésticas, cuidar de *Ben* e tentar “viver”. Quando há atividades no movimento me desloco, tento assumir alguma tarefa que consigo e também participar das plenárias, o que é um pouco difícil às vezes. Nos espaços, existem as cirandas, onde outras companheiras que se dispõem a assumir a tarefa de ficar com nossos filhos enquanto estamos nas plenárias. Existem vezes em que as nossas agendas como mães não batem, pois, além da maternidade, muitas de nós trabalham e/ou estudam e muitas vezes não tem como renunciar a isso para assumir tarefas da militância. A partir de agora vou explorar alguns relatos coletados durante minha pesquisa que serviu de base para refletir sobre a problemática proposta nessa pesquisa.

### 3.1 RELATOS<sup>1</sup>

#### 3.1.1 Rosa, mãe, militante, acampada e da direção nacional

*“Me chamo Rosa, eu sou militante do MST desde 2006 por meio de um trabalho de base que minha mãe participava e era acampada. Atualmente, sou da Direção Nacional, no setor de Gênero. Eu tenho um filho de 5 anos, lindo e muito esperto. Ah, sou estudante de Geografia pela Universidade de Pernambuco. Eu sou autônoma também, sabe? Sou artesã, vendo meus produtos se sou agricultora. Sou mãe solo, cuido do meu filho, sozinha, desde a educação até os cuidados básicos. O genitor (porque “aquilo” não é pai), só manda a pensão do menino e não cumpre com as obrigações parentais. Até um certo tempo, não possui rede de apoio e tive que dar conta do meu filho, sozinha. Hoje eu consigo contar com a ajuda da minha irmã, que fica com o meu filho quando tenho alguma atividade a nível nacional (ele já é bem grandinho, então não consigo leva-lo, pois ele já paga passagem aérea). Quando há atividades próximas e de fácil deslocamento, consigo levar ele comigo, a gente se organiza como pode. Essa minha rede, cuida, leva ele para a escola... faz tudo que eu faria. Ao mesmo tempo, surge uma culpa interna, sabe? Em ter que sair, militar, e ter que deixá-lo que em um espaço seguro, ainda me toma a sensação ser uma mãe incompleta. Eu vejo também que, muitas mães-mulheres militantes tem dificuldades em participar das tarefas do movimento por falta de espaços para os filhos. Apesar de haver ciranda, os espaços de atividades deveriam ser mais discutidos.*

---

<sup>1</sup> Os relatos que se seguem são trechos selecionados do material bruto da pesquisa de campo.

*Outra questão também é, muitas mães não têm outro meio de sustento e sai da militância, por questão de sustentar seus filhos.”*

### **3.1.2 Jussara, mãe, militante acampada e estudante de geografia pelo PRONERA**

*“Meu nome é Jussara, sobre a maternidade, hoje eu lido até com tranquilidade, apesar de ser mãe de quatro filhos. Todos nasceram enquanto no processo da militância, quando conheci o meu ex companheiro, pai de três filhos e agora, meu atual companheiro, pai do menino caçula. Enquanto grávida e o resguardo, tive muito apoio do meu atual companheiro, apesar de, naquele tempo, ainda está em relacionamento a distância. Quando precisava estudar, fazer trabalhos em campo, meus pais foram minha rede de apoio, me tranquilizava e me sentia confiante. Atualmente, faço Geografia pelo PRONERA (É um programa de estudos através do movimento em parceria com a UFRN), quando preciso estudar, é impossível se concentrar cuidando de uma criança, então meu companheiro fica com nosso filho para que eu possa me concentrar e finalizar minhas atividades. Apesar começar tarde (o ensino superior), o tempo que parei foi necessário para me dedicar aos meus filhos. Hoje meus pais sentem orgulhosos, vão poder ver me formar. Eu vejo que pra mim, e talvez para as outras companheiras, é mais acessível fazer um curso através do PRONERA, por causa da ciranda infantil, onde outras companheiras, com muita dedicação cuidam dos nossos filhos. Posso dizer também que, encontrei uma rede de apoio com a companheirada do movimento, contribuindo com cuidados e preocupação, tendo em vista também que sempre contribui com os espaços do MST, por ter feito o curso de militância.”*

### **3.1.3 Maria, mãe, militante acampada**

*“Olá, me chamo Maria, tenho 19 anos, entrei na militância com 13 anos, quando de fato já participava das tarefa mas nasci já sem terra como meu filho. Meu filho nasceu eu tinha 18 anos. Inicialmente tive rede apoio, mas a gravidez foi só. Em relação ao pai do meu filho, também não tive ajuda, mas sempre pude contar com minha mãe, nas consultas pré- natal, já que o pai se absteve disso. Foi uma longa gravidez (no sentido de ser solitária), o Eduardo nasceu e o pai não acompanhou. Tem sido cansativo, ao mesmo tempo de ser prazeroso ser mãe. Com A gravidez, parei de estuda, pois já estava cansativo (por causa do peso). Não tenho mais rede e apoio, pois minha mãe trabalha, então toda atividade/tarefas que o movimento propõe, levo meu filho, pois ainda quero estar ativa nas tarefas e também acompanhar de perto*

*o desenvolvimento dele. Sempre cuide e cuidado do meu filho, apesar da sobrecarga e ausência paterna, seguimos.”*

Entendendo que o processo de análise não tem por objetivo só responder os objetivos propostos no estudo, mas bem como entender o campo de forças na base de experiências investigadas (Passos, Kastrup, 2014). Inicialmente, realizamos uma conversa “desconstruída”, para criar um laço de confiança e afetividade, compartilhando sobre a maternidade. Foram três militantes entrevistadas, realizamos uma conversa (disposição escolhida pelas entrevistadas). As companheiras se apresentaram, falaram sobre ser mulher, mãe e militante do MST e como conciliam com a vida pessoal.

Nesse sentido, foi possível entender o processo de trabalho das militantes, neste as mulheres ocupam funções como dirigentes nacionais e militantes de base, também colaborando em coletivos como saúde e juventude. Por causa das demandas da militância, maternidade, e vida pessoal a entrevista foi conduzida de modo virtual por causa da disponibilidade.

Dialogar com as mães militantes, permite a construção de um universo mais amplo para entendimento coletivo sobre a maternidade compreendendo as necessidades, pautas sobre esse público invisibilizado. Não determinamos um campo inaugural, mas adentramos em um território guiados pelas desdobras da jornada mãe-militante, o que tornou cada entrevista um espaço singular e potente na construção de dados.

É visível o “desconhecimento” das pessoas sobre a temática, ou fingem não saber e não tratar sobre o assunto. Parece-nos que a experiência das mulheres mães militantes entrevistadas, envolvendo o exercício da política social associando as características de múltiplas tarefas, sobrecarga materna, introduz na sua construção de gênero e a dimensão do ser mãe. A maternidade e o ser mãe dentro da militância, formam uma identidade estrutural no corpo feminino, ou seja, criam uma imagem formada pela sociedade. As dificuldades, culpa, julgamentos destacam a falta de espaços não estruturadores para as mulheres, que se desdobram para militar, estudar, trabalhar.

Nos relatos, apesar da particularidade, os casos contam com características em comum como: sobrecarga, militância, por muitas vezes até ausência paterna, dificuldades de participar de tarefas, pausa na carreira pessoal e muitas vezes e sentimento de culpa. Não bastasse as inúmeras obrigações socialmente colocadas às mulheres e a pressão que lhe é causada, muitas delas precisam lidar, além de tudo, como no caso de Rosa, Jussara, Luzia e eu, com a sobrecarga de responsabilidades que deveriam ser divididas, como em casos que não esteja separado, se expõe à execução de responsabilidades. Podemos observar que a falta de divisão acarreta e

reflete de forma imperceptível a reprodução do sistema patriarcal. O papel paterno é uma construção social, que pode ter/haver modificações pela forma que é vivenciada e exercida.

O comprometimento e dedicação na vida dos filhos maximizam laços e até favorece até o próprio genitor. A participação paterna nos cuidados com a prole, diminui drasticamente a sobrecarga sobre a mãe, fazendo com que ela consiga dar conta das demandas pessoais, militância e vida profissional.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto o setor de Gênero, tem o papel poderoso e fundamental para debate sobre discussão de espaços para melhorar o acolhimento e assistências das mães que militam, tendo em vista que assumem múltiplas jornadas de trabalho, além da maternidade. Para além de espaços de acolhimento para companheiras, deve-se também formar espaços construtivos de debate de desconstrução para o público masculino com foco nas releituras de suas condutas em relação aos espaços de divisão de trabalhos domésticos e cuidados com crianças.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Sozinha eu ando bem, mas com você ando melhor”*

Ao longo dos anos, a mulher carregou consigo a incumbência ligada e restringida aos padrões e condutas sociais que definiam seu papel. Nessa conjuntura, um fator, de muitos, definiu esse modelo sociocultural que atava a mulher a subalternidade, era a questão de gênero.

Destarte, havia a presunção de que toda mulher nascera para ser mãe e a partir disso garantir seu lugar no mundo. O processo de criação de identidade nas lutas sociais foi primordial para que houvesse conquistas das mulheres, em todos os âmbitos, pois elas tiveram consciência crítica com formulação de ideias para que houvesse a mudança da realidade. Os sentidos da militância vêm justificados pelo investimento coletivo de luta, não só pelo acesso à terra, mas também por direitos sociais. Tais sentidos mostram um jogo discursivo das conquistas de formação, de um novo lugar enquanto mulher.

Neste estudo de caso, além de fazer uma análise pessoal pelo tema suposto, analisei outras situações enquanto militante e mãe dentro de um movimento social. Sendo assim guiada pelas inquietações e questões que tinham relações entre militância do MST, questões de gênero e maternidade.

Apesar da sobrecarga, julgamentos, culpa, cansaço, as militantes não recuam da luta. Seguem na militância e na desconstrução nos papéis de gênero, quebrando assim, paradigmas que as ligam a lugares destinados às mulheres: filhos, casa e trabalhos domésticos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao longo dos seus quase 40 anos, se interpõe com discursos que contribui, através do setor de Gênero, para que as mulheres se vejam como sujeitos de direitos e igualdade na sociedade.

Ser mulher, mãe e Sem Terra, carrega muitos significados que vão desde a força e coragem para se assumir como tal. O que observamos nas falas das companheiras entrevistadas, é ressignificação de como conseguem “dar ou não conta” no dia a dia, de viver na pele as contradições de ser o que é. Elas evidenciam o processo das relações de gênero presente na sociedade e também no movimento.

Nos relatos evidenciados das mulheres mães e militantes, chama-nos atenção a recorrência de elementos a cerca de culpa, sobrecarga, escolhas, tais palavras remetem ao pressuposto da comunicação algo que impede a mulher de se mover para além da maternidade. Torna-se necessário, contextualizar também como é ser esse indivíduo importante para a

dinâmica da construção de espaços e que elas precisam construir e discutir pautas /reuniões. O sentido do trabalho é apresentado aqui como um elemento de transformação, que permite dar voz e enobrece a vida da mulher: maternidade, militância, vida pessoal.

É necessário a construção de espaços para que mães militantes se sintam acolhidas para também debater pautas de luta pela terra, por que antes de tudo, somos mães de seres dependentes e mulher, precisamos ressignificar nossos espaços, visto que sobreviver em uma sociedade machista e patriarcal é um desafio, mesmo pautando nosso lugar de fala todos os dias.

Ademais, sinalizamos questões que ficam como novos estudos, tendo em vista que para encontrar materiais, registros para esse estudo tenham sido laborioso, visto que frequentemente as nossas lutas e presenças são constantemente apagadas pelo machismo estrutural. O MST pauta habitualmente sobre os combates as desigualdades, seja em gênero, lgbtqiap+fobia, mas ainda tem muito a se fazer sobre a divisão do trabalho doméstico e coletivo em relação aos cuidados das proles nos espaços, já que crianças sem terrinhas são responsabilidade de todos companheiros e companheiras.

Dessa forma, é preciso continuar a militância revolucionária, de forma que seja transformador a sociedade à frente, não através de reforma, mas de revolução.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **SOMOS TODAS MARGARIDAS**: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. Tese (Doutorado em Ciências sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989
- BEAVOUIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4 ed. Editora. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORDALO, C. A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. 2011. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- BOURDIEU, P; **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.
- BRITO, R. J. A. **A luta camponesa e a repressão durante a ditadura empresarial- militar (1964-1985)**. Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais IFCSUFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 72-87, 2014. < <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11454> Acesso em 3 de Maio, 2023.
- CALDART, Roseli Salette. **Princípios da Educação no MST**. São Paulo: MST, 1996.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. ONU Mulheres- Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. 2010. Disponível em <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>> Acesso em: 22 dez. 2022.
- CORRÊA, Ana Paula Lasmar. **O emprego doméstico e o Estatuto da Cidade: Reflexões entre Direito Urbanístico e Direito do Trabalho**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.
- CORREIA, Ana Elisa Banhatto. **Primeira Edição do Curso a Distância “Introdução Crítica ao Direito Das Mulheres”:** uma Experiência de Educação Popular Jurídica e Feminista. Brasília, 2015, 110 p.
- DEERE, C.D. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **R. Estudos Feministas, Florianópolis**, v.12, n.1, p. 175- 204, jan.-abr./2004.
- DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. 2003. São Paulo. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010) >. Acesso em 24 dez. 2022.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Miriam; TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. 16 n. 47 maio-ago. 2011 (p. 333-361).

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Livraria Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias do Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONH, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. Ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais, Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul./dez. 2009.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programas de Pós- graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

KASTRUP, V. & Passos, E. (2014). Cartografia é traçar um plano comum. In E. Passos, V.

LEITE, J. F & Dimenstein, M. (2012). **Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação das mulheres e gays no MST**. *BAGOAS*, 08, 187- 203.

LEITE, J. F. **Produção de subjetividade em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra**. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2003.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **O Debate em Torno da Emancipação Feminina no Recife (1870-1920)**. cadernos pagu (42), janeiro-junho de 2014: 341-370. ISSN 0104-8333

MATOS, M. I. S. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros-percursos e possibilidades. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na história Contemporânea**. São Paulo: Educ. 1997.

MEDEIROS, L.S. **Assentamentos rurais e gênero: Temas de reflexão e pesquisa.** In A. L. Lopes, & A. Butto. (Orgs.), *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil* (pp.9-18). Brasília: MDA. 2008.

MELUCCI, A. **A invenção do presente.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MULLER, Adriana; SOUTO, Cíntia; VAROLI, Débora; PINTO, Denilva; CASSEMIRO, Edleuza; REDONDO, Esti; VARGAS, Flávia; SOUZA, Gilvanir de; RAMALHO, Isabel; LAÍS, Jeieli; TAVARES, Jozelita; SANTANA, Leila; SANTOS, Marinei; SOUZA, Roseli; COSTA, Sônia; MOURA, Thais; CHIARELLO, Viviane (Elab.). **Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo.** Coletivo Nacional de Gênero do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), cartilha 1, 2021. 24 p.

NATEL, Elizabeth Santos. **Educação das relações étnico-raciais: as sagas e resiliência das mulheres negras profissionais: em três ambientes universitários.** Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

NETO, Antônio Augusto Lopes. **Caderneta Agroecológica: Empoderando Mulheres, Fortalecendo a Agroecologia.** Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). 2018. 28 p.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso de gênero na psicologia social.** Ver. *Psicologia & Sociedade*, v.13, n.1 p.107-128, 2001. **Ondas do feminismo.**

PAULILO, M. I. S. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogos.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

PELÚCIO, Larissa. **Desfazendo gênero.** In: MISKOLCI, Richard; JÚNIOR, Jorge Leite. **Diferenças na Educação: outros aprendizados.** São Carlos: EDUFSCar, 2014.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. **O feminismo negro e suas práticas no campo da cultura.** *Revista ABPN*, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres negras do Brasil.** Rio de Janeiro: Senac 2007.

SANTOS, Sônia Beatriz. **As ONGs de mulheres negras do Brasil.** *Soc. E Cult.*, Goiânia, v. 12, n.2 p 275-288, 2009.

SAMARA, E. M. (Org.). **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na história Contemporânea.** São Paulo: Educ. 1997.

SARTORI, Luiz Raul. **Movimentos sociais e o terceiro setor: (re)pensando a democracia brasileira.** Ijuí (Dissertação de mestrado): UNILI, 2006.

SILVA, Airton Marques da. **Metodologia da pesquisa. 2.ed.** Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará- EdUECE, 2015.

SCOTT, J. **Gênero uma categoria útil de análise histórica. Mulher e realidade: mulher e educação.** Porto Alegre, Vozes, v.16, n.2 julho/dez, 1990.

SCOTT, P. **Gênero e geração em contextos rurais**: Algumas considerações. In P. Scott, R. Cordeiro, & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 15-36). Florianópolis: Ed. Mulheres. 2010.

STEDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. **Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: editora Perseu Abramo, 2005.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TARGINO, I.; MOREIRA, E.; MENEZES, M. **As Ligas camponesas na Paraíba: Um Relato a partir da Memória de seus Protagonistas**. *Ruris*, v.5 n.1.2011. .[S.I]

TEIXEIRA, Daniel, **Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres** . *Rev. Direito GV* [online]. 2010, vol.6. n.1. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3636104>. Acesso em 23 jul de 2023.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o ensino médio**. 1ed. São Paulo: Atual, 2007.

VILAS BOAS, Douglas Antonio. **A luta feminista no campo agroecológico: uma análise a partir da perspectiva decolonial**. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017.

WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CALVACANTI, S. B. Josefa; WANDELEY, Maria de Nazareth. **Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**. Vol.I', Brasília DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Editora UNESP. 2009.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Sra.

Eu, Isabela Ferreira dos Santos, como aluna do Curso de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus – Sumé/PB pretendo desenvolver uma pesquisa com as mulheres mães militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra intitulada, MÃES MILITANTES DO MST E SUA JORNADA COM A MATERNIDADE, sob orientação do Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos (pesquisador responsável). Esta pesquisa será desenvolvida por meio de entrevistas.

As perguntas são direcionadas à sua experiência com a maternidade sendo militante de movimento social e de como lida com essas questões. A relevância da pesquisa está no fato da emergência do tema na atualidade, de como nós, mulheres mães militantes, conseguimos lidar com a sobrecarga e os julgamentos externos, ao mesmo tempo ocupando espaços.

A sua participação é voluntária e você tem total liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer momento da aplicação do questionário. Garantimos a manutenção do sigilo e anonimato durante todas as fases da pesquisa e por conseguinte, da divulgação científica. Essa pesquisa também pode trazer benefícios as entrevistadas, visto que o resultado final forneça melhores percepção de mudanças para melhorar o bem estar e social das companheiras do MST.

Diante do exposto, minha responsabilidade no referido estudo:

Atenciosamente,

Valdonilson Barbosa dos Santos

(SIAPE 1435140)

### **Consentimento do voluntário.**

Declaro que fui devidamente esclarecida e revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, \_\_\_\_\_, aceito participar desta pesquisa desde garanta o anonimato.

Sumé, 2023

Qualquer dúvida, entrar em contato através do e-mail [isabela.ferreira@estudante.ufcg.edu.br](mailto:isabela.ferreira@estudante.ufcg.edu.br) ou pelo contato: 81 97910.6381.

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE TECNOLOGIA  
CURSO DE TECNÓLOGO EM AGROECOLOGIA  
PARTICIPAÇÃO DAS MÃES MILITANTES DO MST

1. Nome?
2. Idade?
3. Formação / se possui?
4. Quantos filhos possui?
5. Que posição ocupa no movimento?
6. Como você ver a maternidade?
7. Você convive com o genitor da criança?
8. Há quanto tempo está no MST?
9. Você acha que a posição da mulher mãe militante é vista, respeitada e discutida?
10. Você possui ou possuiu rede de apoio?
11. Você convive com o genitor? Ele cumpre as obrigações parentais?